

CEDI - P. I. B.  
DATA 22/02/91  
COD 300.000.000

# OS GUAJAJARA

José Porfirio Fontenele de Carvalho.

Março de 1987

## OS GUAJAJARA

Os índios conhecidos como Guajajara e que se auto-denominam de Tantehara, habitam o Estado do Maranhão, nas regiões compreendidas pelas bacias fluviais dos rios Mearim, Corda, Grajau, Pindaré, Caru e Zutíua.

Pertencentes ao grupo linguístico TUPI, atingem uma população de aproximadamente 10.000 indivíduos.

Mantem contatos com a sociedade brasileira desde o século passado mas conservam os seus principais costumes tribais. Conservam o seu idioma, embora a maioria também usa o português para se comunicar com os não índios.

Os que habitam a região de influência do município de Barra do / Corda, na área das bacias fluviais do Mearim, Corda e Grajau são encontrados nas seguintes aldeias:

1. Cana Brava	380
2. Cacimba Velha	139
3. Lagoa Comprida	232
4. Crioli	35
5. Cocalinho	120
6. Porco	37
7. Geralda	41
8. Toco Preto	31
9. Barreirinha	200
10. Mussum	101

11. Sapucaia	47
12. Coquinho	286
13. Sítio	30
14. Sumauma	60
15. Sabonete	25
16. Uruku	137
17. Juruá	61
18. Coquinho II	44
19. São Pedro	171
20. Colonia	351
21. Maré-Chico	72
22. Jenipapo	44
23. Cachoeira	132
24. Aldeia Nova	111
25. Sardinha	113
26. Mangueira	44
27. Baixão do Peixe	206
28. Cachoeirinha	40

Num total de 3.290 índios Guajajara.

Nas aldeias Geralda e Toco Preto, os Guajajara estão casados com índias Timbiras - do grupo linguístico Jê.

A população ora apresentada foi levantada em novembro de 1986 e hoje devido não só a nascimento e a óbitos, mas também pela movimentação constante deles, a população de cada aldeia poderá estar modificada e até mesmo ter surgido novas aldeias.

Neste censo não estão incluídas as aldeias da área conhecida como Bacurizinho, que embora habitem na região da bacia do rio Meirim, estão historicamente ligadas a influência do município de Grajau.

Os Guajajara habitam a atual área conhecida como CANA BRAVA JARA desde tempos imemoriais.

Somente nos meados do século passado, estes índios Guajajaramaram a ter contatos com os criadores de gado e agricultores dos vizinhos Estados do Piauí e Ceará, que em busca de férteis e abundantes em águas se instalaram naquela região. Desde a chegada do primeiro estranho na área Guajajara que criou um estado permanente de lutas, que ainda se arrasta até dias de hoje.

De um lado, o não índio que quer se instalar ou se instalou terras dos índios e do outro os Guajajara que não aceitam a presença de intrusos nos seus domínios territoriais.

Esta posição ficou bem clara em 1901 quando os Guajajara não atacaram os Padres da Colonia Agrícola Alto Alegre, instalada no meio do seu território, como tentaram expulsar também todos os que tinham instalados fazendas na área compreendida entre os rios Grajau e Mearim.

Não conseguiram expulsar os invasores, pois foram rechaçadas as forças policíacas organizadas do Estado do Maranhão, provocando nação Guajajara verdadeiro massacre e a dispersão e o abandono por vários anos de suas aldeias.

A "doação" pelo Governo do Estado do Maranhão de uma gleba de terras (a área hoje conhecida como CANA BRAVA - GUAJAJARA) apesar de não reconhecer o direito de uso daqueles índios da área que já ocupavam desde muito tempo. Entretanto não englobou outras aldeias que se encontram nas proximidades da sede do município de Barra do Corda. O conflito entre os Guajajara e os não índios habitantes da Barra do Corda e Grajau, aumentou após o ataque dos índios ao

Alegre, principalmente porque foram mortos padres e freiras: Os Padres e Freiras mortos no Alto Alegre, transformaram-se em "mártires", cujo culto as suas almas e martírios ainda nos dias / de hoje é praticado com um fanatismo incomum pela população não índia da região, com o incentivo e participação da própria igreja. O ataque ao Alto Alegre, passou a ser o "motivo" das represálias / e perseguições aos índios Guajajara, uma espécie de "guerra santa" Muitos índios foram assassinados friamente em nome da "vingança" pelo que eles fizeram com os padres e freiras.

Crimes estes que nunca foram punidos e que continuam se repetindo nos dias de hoje, sem nenhuma punição aos assassinos.

A situação de conflito na década de 70 era tão violenta, com as - assassinato de velhos, crianças e mulheres índias que foi solicitado ao Presidente da República, numa tentativa de parar a violên - cia contra os Guajajara, que fosse aplicado em sua defesa, pelo menos a LEI DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS. Pois se aplicada, os Guajajara, deixavam de serem caçados. Tal era o quadro de violência. Por volta de 30 anos atrás, ainda existiam aldeia dos Guajajara / nas proximidades da sede do município de Barra do Corda, como / era o caso da aldeia UCHOA. Hoje no seu lugar encontra-se instala do o povoado Montevideu.

Como na instalação de fazendas e dos agricultores nas terras habi - tadas pelos Guajajara sempre ocorriam atritos, em 1923, numa tentativa de desimpedir as terras para os "colonizadores", o então / Presidente do Estado do Maranhão, Dr. Godofredo Viana, através da Lei 1.079, doou uma gleba de terras aos Guajajara, hoje conhecida como área CANA BRAVA-GUAJAJARA, com 164.557,49 hectares.

Na área "doada" já moravam parte dos índios Guajajara com várias aldeias e a doação apenas reconhecia um direito natural daqueles índios.

Mais de 5 aldeias que "ficaram de fora" da área CANA BRAVA, tiveram sua população transferida para dentro. Esta mudança foi feita compulsoriamente, com utilização de policiais armados, chegando a provocar nos índios várias mortes, cujos episódios estão gravados na memória dos sobreviventes que transmitem, numa tradição milenar, aos seus decedentes.

Da área "doada", por interesses políticos regionais e de época, parte - 32.689,31 hectares - foi utilizada para implantação de parte de Projeto de Colonização do INCRA, restando 131.868,18 hectares que por sua vez, encontra-se invadidos pelo povoado São Pedro dos Cacêtes.

Os Guajajara, valentes guerreiros e exímios caçadores, na medida em que foram recuando da área que ocupavam - do rio Mearim ao rio Grajau - para uma faixa de 22.500 metros de largura (no divisor / das águas daqueles rios) e cercados por todos os lados de fazendas e povoados e com a conseqüente escassez de caças, foram se transformando em modestos agricultores de roças de "toco" e em artesãos e comerciantes de colares confeccionados com linhas de nylon e penas de galinhas, devidamente coloridas com tintas extraídas / de papéis carbono usados no escritório da Administração Regional da FUNAI em Barra do Corda.

Os contatos com os seus vizinhos não índios, levou-os a transformações no seu sistema de vida e dependência de consumo, com o uso de roupas, sal, querosene, remédios, rádios, bicicletas, espingardas, facões, enxadas, etc.

Por outro lado os Guajajara não conseguiram absolver as técnicas de produção suficiente para equilibrar a balança de consumo de manufaturados, não produzidos por eles, com o resultado de suas lavouras rudimentares.

Além disto ainda são vítimas da exploração dos pequenos comerciantes dos povoados vizinhos, que sempre em busca de lucro fácil, compram o que os índios produzem, utilizando-se ora de preços abaixo do mercado, ora através de utilização de pesos e medidas viciadas. Aproveitam-se também do desconhecimento do uso do dinheiro por alguns dos Guajajara.

Cada dia que passa, a distância aumenta entre os valores dos bens produzidos pelos índios e dos bens manufaturados vendidos pelos comerciantes.

Por falta de infra-estrutura da FUNAI e da comunidade indígena Guajajara, pois ainda não existe entre eles o comércio, são obrigados a se deslocarem diariamente aos povoados e a cidade de Barra do Corda, para vender e comprar alguma coisa.

Os Guajajara normalmente trabalham para si e para a família do sogro, que por sua vez é "obrigado" a manter o genro e sua família.

O sistema familiar é matrilocal, ou seja, o genro vai morar junto com a sogra, incorporando-se a família da mulher e as vezes numa casa construída ao lado da casa do sogro.

Por ocasião do casamento não é celebrada nenhuma cerimônia especial e só se dá com a autorização do pai da moça. Quando existe mais de um pretendente, o pai da menina, escolhe aquele que lhe demonstra maior aptidão para o trabalho.

Numa aldeia Guajajara há sempre a figura do "chefe", "cacique" ou "capitão", que serve de interlocutor com a sociedade não índia. Entretanto este cargo não confere ao índio que o exerce nenhum poder. Nenhum Guajajara deve satisfações a ninguém. Ele sai da aldeia na hora que quer. Volta quando bem entende e faz aquilo que acha que está certo. Os habitantes de uma aldeia fazem questão de manterem-se independentes. Ninguém deve satisfações a qualquer pessoa sobre a situação de sua roça, o local que fez, o que plantou ou o que irá plantar. O chefe de uma aldeia pode ser comparado ao presidente de uma sociedade cultural, que foi escolhido pela maioria de seus membros, mas não os pode exigir que obedeçam a sua linha de ação. Inclusive é comum nas aldeias Guajajara surgirem mais de um chefe, isto quando o cargo momentaneamente lhe confere alguma vantagem. Mas quando lhe é cobrado algo, nega a função e transfere imediatamente a responsabilidade para aquele que normalmente é chamado de "chefe" e seja o interlocutor habitual com a sociedade envolvente.

Apenas nas horas de conflitos, os Guajajara aceitam a liderança de um Chefe, isto quando coincide ser uma pessoa realmente disposta a enfrentar as dificuldades em nome da comunidade.

As aldeias dos Guajajara não obedecem nenhuma forma estética de construção. Apenas é comum encontrar uma grande praça - área livre - onde mais ou menos é o centro da aldeia. A forma e localização das casas não obedecem critérios aparentes.

Fazem festas. A do moqueado e do milho - que mais ou menos tem as mesmas características.



Fazem também festas aos moldes dos não índios, acompanhando a tradição regional.

São ativos e se orgulham de serem Tantehara.

Defendem a terra que habitam, como território de seu povo e sua posse exclusiva, como forma de sobrevivência do povo Guajajara.

Lutam desde a década de 60 para a expulsão do seu território tradicional, dos invasores instalados no povoado conhecido como São Pedro dos Cacetes. Pois sabem que a permanência de intrusos naquele local, os deixam vulneráveis diante dos mesmos interesses que já tomaram a maior parte de seu território.

Brasília, 25 de março de 1987.

José Porfirio Fontenele de Carvalho

TERRAS  
DOS  
GUAJAJARA

José Porfirio Fontenele de Carvalho

Março de 1987

Situação das terras dos índios GUAJAJARA - ÁREA CANA BRAVA - GUAJAJARA - nos municípios de Barra do Corda e GRAJAU - no Estado do Maranhão.

Histórico

A presença dos índios Guajajara na área conhecida como CANA BRAVA =GUAJAJARA, é registrada desde os meados do século XIX, quando / por aquela região passaram os primeiros viajantes não índios e ex ploradores de essências vegetais.

Quando Melo Uchôa, fundador de Barra do Corda chegou na região em 1839, já encontrou na região os índios Guajajara.

Em 1847 foi criada com sede em Barra do Corda a Primeira Direto - ria Parcial dos Índios na região, para assistir os índios Guajaja ra e Canela e Melo Uchôa foi nomeado seu primeiro Diretor. (Ver re - latórios de Presidentes da Província do Maranhão anos 1847 a 1889)

Em 1895, chegaram na região os Padres Capuchinhos e procurarm ins - talar conventos para a catequese dos índios Guajajara.

Em 1897, na aldeia Crioli dos índios Guajajara, os Padres Capuchi nhos, iniciaram a construção de um convento , para a instalação / da Missão São José da Providência, dando nova denominação ao lu - gar, chamando-o de ALTO ALEGRE.

Antes da chegada dos Padres Capuchinhos, o cearense Raimundo Fer - reira de Melo, tinha conseguido junto aos índios Guajajara a auto - rização para construir a sua casa nas proximidades da aldeia Crio - li, com o propósito de estabelecer comercio com os índios.

Frei Celso de Ubaldo e Frei Estevão do Sexto São João, compraram / de Raimundo Ferreira de Melo a sua casa e as benfeitorias já im

plantadas na área da aldeia Crioli. E ali construíram o que ficou denominado de Colonia Agrícola de Alto Alegre, da missão São José da Providência com igreja, convento e internato para a catequese/nas meninas Guajajara.

O internato dos meninos Guajajara foi estabelecido na sede do município de Barra do Corda. A instalação da Colonia dos Padres em Alto Alegre atraiu vários colonos de Barra do Corda e Grajau, que ali se fixaram na condição de arrendatários e meeiros dos Padres. Em 13 de março de 1901, os índios Guajajara, revoltados pela invasão de suas terras e pela ação dos religiosos em querer modificarem os seus costumes tribais e pelo confinamento que submeteram / as meninas índias no internato, atacaram Alto Alegre, matando todos que lá se encontravam, inclusive os Padres e Freiras.

Em seguida ao ataque ao Alto Alegre, forças públicas declararam / guerra aos índios Guajajara e pela superioridade de armas e número, mataram mais de 300 índios, conseguindo destruir quase todas / as aldeias existentes na área. O movimento nativista dos Guajajara, poderia ser comparado ao de Antonio Conselheiro em Canudos.

A dispersão dos Guajajara foi temporária, voltando dez anos mais tarde a se reagruparem nas mesmas aldeias destruídas pelas forças policiais.

Em 1923, por proposta do Sr. Marcelino Miranda, Ex-Agente do Serviço de Proteção aos Índios - S.P.I., o Presidente do Estado do Maranhão, Dr. Godofredo Viana, através da Lei Estadual nº 1.079 / de 25 de abril de 1923, "doou" uma gleba de terras aos índios Guajajara, que hoje, parte encontra-se dentro da área demarcada pela FUNAI em 1977 (Área indígena CANA BRAVA-GUAJAJARA).

Em 1936 o Serviço de Proteção aos Índios - SPI, demarcou a área / doada e atingiu 164.557,49 hectares, tendo sua demarcação sido homologada por Decreto Estadual de 15.12.36 (Ver relatório anual do SPI - 1942).

Em 1944, o Governo Federal cria em Barra do Corda a "Colônia Agrícola de Barra do Corda", uma espécie de projeto de assentamento e colorização, para atender a processo migratório que ocorria na época de retirantes e fugitivos da seca do Ceará.

E as terras dos índios que habitavam as aldeias, Uchôa, Naru, Mercêgo, Farinha, foram "apropriadas" pela "Colônia", que com forças policiais expulsaram os Guajajara de suas aldeias, forçando-os a se mudarem para a área doada pelo Presidente do Estado do Maranhão em 1923, onde já existia várias outras aldeias.

A expulsão dos Guajajara foi traumática, pois foram obrigados a deixarem suas casas, suas roças, seus cemitérios e se mudarem para outras aldeias, o que provocou inclusive morte de um grande número de índios.

Os 480 índios que habitavam a aldeia Uchôa, mudaram-se para a aldeia Cana Brava, e desse grupo sobreviveram apenas cerca de 20 indivíduos.

Em 1953, o S.P.I. reaviventou a demarcação realizada em 1936, seguindo os mesmos marcos e perímetro.

Na década de 60, os Padres Capuchinhos voltaram ao Alto Alegre, reinstalando a "Colônia Agrícola" e utilizando-se de processo de arrendamento das terras para colonos de Barra do Corda e Grajaú.

A estrada que ligava Barra do Corda e Grajaú, atravessava a área indígena passando nas proximidades da "Colônia Alto Alegre" e os

caminhões a gasolina faziam paradas obrigatórias num lugar próximo ao Alto Alegre - "em cima da serra" - para apanhar água e utilizá-la na refrigeração dos motores.

Neste lugar conhecido como "Cacete", dentro da área indígena Guajajara, com autorização do então S.P.I., instalaram-se alguns colonos que pagavam "renda" pela sua permanência na área.

Pagavam ao S.P.I. e aos Padres, que achavam que aquelas terras / também lhes pertenciam.

A instalação dos colonos dentro da área indígena - Alto Alegre e Cacete - provocou a escassez de caça e conseqüentemente provocou a fome entre os Guajajara.

Os Guajajara sempre protestavam pela presença dos intrusos, padres, freiras e colonos. Achavam até que os Padres tinham retornado Alto Alegre para vingarem-se do que ocorrera em 13 de março c. 1901.

Conflitos eram diários e constantes, pois os índios não aceitavam a presença de Alto Alegre e do povoado que surgia, chamado pelos padres de São Pedro, numa tentativa de mudar o nome do lugar Cacete, onde tinham construído uma igreja. Mas a sabedoria popular não se submeteu aos caprichos dos Padres. Ao invés de mudar o nome, incorporaram o dado pelos Padres ao já existente, ficando com a denominação de SÃO PEDRO DOS CACETES.

Na década de 70, o INCRA tentou reeditar o Projeto (que não deu certo) de Colonização da área de Barra do Corda, aproveitando de início as terras do antigo Projeto do Governo Federal.

Por motivos políticos e de interesses eleitorais, o novo Projeto de Colonização do INCRA, invadiu cerca de 30.000 hectares da área pertencente aos índios Guajajara, doada em 1923 e demarcada em 1936 e 1953, inclusive com o "aceite" do então Delegado da FUNAI

em São Luís, que era ligado aos grupos políticos de Barra do Corda.

Aumentou os conflitos entre índios e colonos, não só com os que habitavam São Pedro dos Cacetes, como os que moravam em Alto Alegre e também com os assentados dentro da área indígena pelo INCRA. Em 1977, com base no Decreto 76.999/76 a FUNAI publica Edital para demarcação da área CANA BRAVA-GUAJAJARA, deixando de fora a área indevidamente ocupada pelos colonos assentados pelo INCRA, mas mantendo o limite oeste da área com o mesmo traçado das demarcações de 1936 e 1953.

A demarcação foi realizada seguindo os marcos antigos na parte / oeste da área e no limite leste, seguindo os limites da ocupação / do INCRA, configurando-se assim uma diminuição de 32.689,49 hectares, com relação as demarcações 1936 e 1953, que constituía uma / área de 164.557,49 hectares. A demarcação de 1977 teve a área reduzida para 131.868,18 hectares.

A demarcação da área não parou os conflitos, pois os povoados - Alto Alegre e São Pedro dos Cacetes, ficaram dentro do perímetro / de demarcação. E os índios passaram a exigir o imediato afastamento dos intrusos.

O Delegado da FUNAI de São Luís na época, pessoa ligada aos grupos políticos da região, contrariando os interesses dos índios, prometia tanto aos Padres como aos moradores de São Pedro dos Cacetes que aqueles povoados seriam excluídos da área indígena e que os invasores não sairiam de suas posses.

Os conflitos aumentaram e os índios Guajajara passaram a questionar a FUNAI quanto defensora de seus interesses.

Sem interferência do órgão tutor - a FUNAI - , os GUAJAJARA procuraram o Vice Provincial da Associação Educadora Ítalo Brasiliense dos Padres Capuchinhos em São Luís e exigiram a saída dos Padres e colonos do Alto Alegre, ou seja de sua antiga aldeia Crioli. Os Padres também se achavam com direitos nas terras dos índios. Alegavam que haviam "comprado" as terras do Alto Alegre em 1897 / do Sr. Raimundo Ferreira de Melo e que a FUNAI reconhecia esse "direito".

Várias tentativas foram feitas pelos Padres para convencer os índios, mas os Guajajara não aceitavam os argumentos dos religiosos afirmando que eles nunca tinham vendido as suas terras. E ali no Alto Alegre, era na verdade a antiga aldeia Crioli.

Os conflitos aumentaram de intensidade, com morte de índios e não índios, culminando num grave episódio que resultou na agressão pelos invasores de São Pedro dos Cacetes, quando balearam mortalmente nove índias gestantes (nos últimos meses de gestação) por ocasião de uma peregrinação cultural pré-parto.

Este triste fato provocou a ida a Barra do Corda do então Ministro do Interior, Mário David Andreazza, para verificação dos fatos e tentar solucionar o impasse existente.

Foi realizada uma reunião em Barra do Corda, entre o Ministro do Interior, Governador do Estado do Maranhão - João Castelo (atual Senador da República) Coordenador do INCRA no Maranhão, Joaquim / Itapary (atual Secretário Geral do Ministério da Cultura) e o Presidente da FUNAI, onde ficou decidido que os povoados de Alto Alegre e São Pedro dos Cacetes, seriam removidos de dentro da área/ Guajajara.



Para tanto foi firmado um acordo, mais tarde transformado em convênio entre o Ministério do Interior, FUNAI e Governo do Estado / do Maranhão para a retirada de todos os invasores da área indígena Guajajara.

#### Ações para retirada dos invasores

Em 13 de setembro de 1979, foi assinado Convênio entre a FUNAI e o Governo do Estado do Maranhão para a transferência de 1.200 famílias ocupantes das terras dos Guajajara - área CANA BRAVA/GUAJAJARA, compreendendo os povoados de Alto Alegre e São Pedro dos Cacetes, cabendo a FUNAI repassar ao Governo do Estado os recursos no montante de Cr\$. 160.000.000,00 (Cento e sessenta milhões de cruzeiros) e ao Governo do Maranhão a obrigação de retirar os invasores.

Embora publicamente os políticos e Governo do Maranhão tenham assumido o compromisso de desintrusar a Área CANA BRAVA-GUAJAJARA, os políticos locais e até mesmo o Prefeito de Grajau da época, incentivavam os invasores a permanecerem no Alto Alegre e São Pedro dos Cacetes.

O Governo do Maranhão elaborou o Projeto "Barra do Corda" para viabilizar a transferência de 1.200 famílias de invasores da área indígena, com previsão de assentamento no Projeto de Colonização de Buriticupu.

Equipes de pesquisadores do Projeto Rondon e COTERMA, contratados pelo GOVERNO DO MARANHÃO, realizaram levantamentos na área e constataram a existência de apenas 665 famílias - sendo que 187 habita-

vam o povoado Alto Alegre e 417 famílias o povoado de São Pedro / dos Cacetes, muito menos do previsto, que era de 1.200 famílias. O valor estimado de Cr\$ 160.000.000,00 para o remanejamento das 1.200 famílias previstas era suficiente e com sobras para a execução do compromisso firmado pelo Governo do Maranhão com a FUNAI. Os próprios pesquisadores da COTERMA, afirmaram que os políticos/ locais estavam incentivando os invasores a permanecerem dentro da área indígena (vide relatório da Coterma de 04. de agosto de 1980). Os invasores habitantes no Alto Alegre, seguindo orientação dos Padres, aceitaram sair da área indígena, recebendo cada um a sua indenização pelas benfeitorias existentes na área ocupada, o que somou um total na época de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros).

Os invasores e os Padres saíram do Alto Alegre. Hoje voltou a ser a antiga aldeia Crioli, onde habitam cerca de 50 índios Guajajara restando apenas no local como lembrança da presença dos Padres, as ruínas do convento e da igreja.

Entretanto incentivados pelos políticos e Padres os colonos invasores indenizados no Alto Alegre, mudaram-se para a outra invasão São Padre dos Cacetes.

Embora o Governo do Maranhão tenha se comprometido formalmente e publicamente de retirar os invasores de São Pedro dos Cacetes e ter recebido recursos para tal, não cumpriu com suas obrigações. O dinheiro repassado pela FUNAI foi utilizado de forma indevida e fraudulenta pelo Governo do Maranhão, com o aceite comprometedor do então Presidente da FUNAI, contrariando até mesmo os pareceres conclusivos da sua própria auditoria.

A invasão de São Pedro dos Cacetes continua na área indígena e os índios Guajajara continuam cobrando das autoridades o desintru

samento de seu território e o cumprimento de promessas e compromissos firmados por autoridades governamentais.

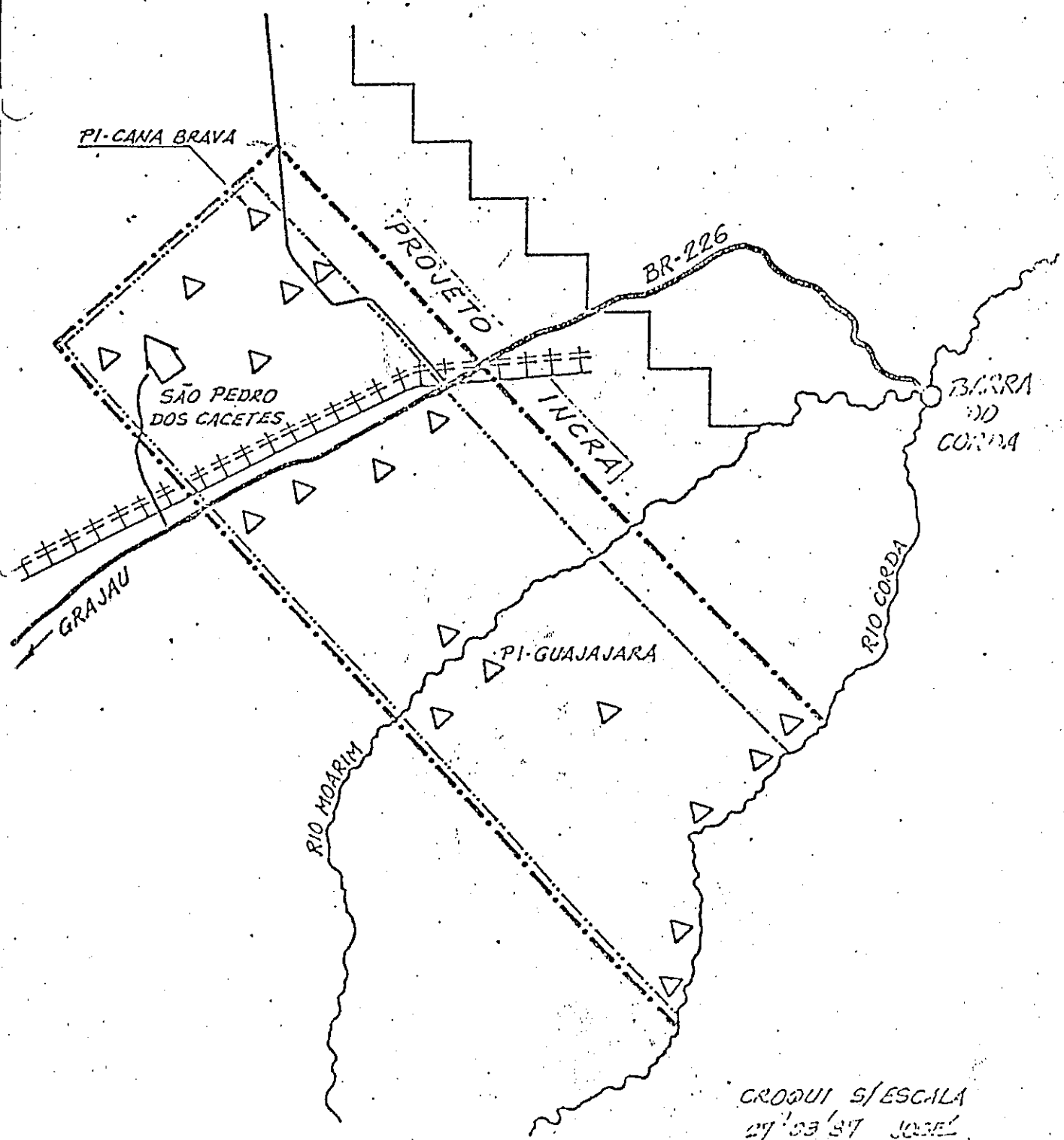
Na tentativa de consolidar o esbulho as terras indígenas, os políticos regionais, encaminharam Projeto de Lei Estadual propondo a emancipação política de São Pedro dos Cacetes. Este Projeto ainda permanece pendente na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. A FUNAI presidiu recentemente uma Comissão composta de vários órgãos governamentais - MIRAD, ELETRONORTE, GOVERNO DO MARANHÃO, Prefeitura de Grajau, que se deslocou até a área e não encontrou nenhuma solução para o impasse.

Os índios Guajajara continuam exigindo a saída dos invasores de suas terras e os invasores habitantes no povoado de São Pedro dos Cacetes se recusam a sair. A Comissão encaminhou o problema para decisão superior.

Os índios Guajajara voltam a apelar as autoridades constituídas que cumpram os compromissos firmados entre o Governo Federal e Estadual, para a retirada dos intrusos de dentro de seu território.

LEGENDA:

- ÁREA DOADA ATRAVÉS LEI 1079/23 E DEMARCADA 1977- 164.557,49 ha
- ÁREA DEMARCADA EM 1977 ----- 131.868,18 ha
- ÁREA INVADIDA PELO INCRA ----- 32.689,31 ha
- ††† REDE ELÉTRICA CHESF/ELETRONORTE
- △ POSTO INDÍGENA - FUNAI
- △ ALDEIA INDÍGENA



CROQUI S/ESCALA  
27/03/87 JOSÉ